

Caminhos para a adoção de crianças e jovens com deficiência no Brasil.

Na Era Victoriana, pessoas com algum tipo de deficiência, principalmente física, eram menos prezadas e excluídas da sociedade, apenas encontrando seu sustento em círculos de horrores. Apesar do século XIX estar distante do contexto atual do Brasil, ainda existem lacunas para a efetiva adopção de crianças e de jovens com déficit, ou seja, incluir essa parcela da população na conjuntura familiar. Dessa forma, convém analisar o preconceito social e, como resultado de tal ato, a banalização da saúde mental do indivíduo excluído em busca de formar um país democrático. De início, cabe pontuar que, majoritariamente, os cidadãos brasileiros, aqueles que não possuem nenhuma imperfeição física ou intelectual, vagem com aversão ao PCD. Isto acontece pelo desconhecimento da deficiência e pela falta de empatia de alguns grupos, o que faz estes mesmos indivíduos desprivilegiados de conhecimento não adotem. Esta magela social tem semelhança com a teoria da "Banalidade do Mal", da filósofa Hannah Arendt, que afirma que certas utilidades maléficas são normalizadas por conta da alienação social. Nessa perspectiva, pessoas que possuem déficit físico ou mental são esquecidas, muitas vezes, de forma preconcebida, pela própria sociedade verde-amarela. Logo, a "mentalidade do mal", em consonância com a psicologia alemã, precisa ser parada.

Consequentemente, as crianças e os adolescentes com necessidades especiais sofrem tanto o abandono físico, quanto o emocional na espera da adoção. Esta realidade, infelizmente, pode trazer sintomas de ansiedade, de traumas e, na pior hipótese, de depressão. No livro "Mulheres que correm com os lobos", da psicóloga Clarissa P. Esteves, no capítulo "Corpo Jubiloso", é reforçada pela autora a idealização do corpo humano livre de estereótipos. Entretanto, tal realidade brasileira não reforça essa visão plural na realização da adoção. Assim, é importante o cuidado da saúde psíquica dos PCD.

Portanto, o Ministério da Educação, por intermédio da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), deve propor uma nova matéria chamada "Cidadania", com o intuito de trazer a importância do respeito perante as pessoas com deficiência física ou mental e mostrar que todos são capacitados para fins adotivos. Outrossim, o Ministério da Saúde deve incentivar, por meio da mídia, histórias de superação e resistência com relação aos deficientes. Tal ação pode contar com psicólogos juntos aos órfãos do país para contribuir com apoio melhor e delicada de suas vidas. Dessa maneira, situações vivenciadas na "Era Victoriana" não mais representará o Brasil.